



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

ISADORA RICARDO ARAÚJO

**A REDEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: Uma
análise da atuação brasileira durante as Conferências Mundiais da ONU Sobre a
Mulher**

**BRASÍLIA
2021**



ISADORA RICARDO ARAÚJO

**A REDEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: Uma
análise da atuação brasileira durante as Conferências Mundiais da ONU Sobre a
Mulher**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Luciano da Rosa Muñoz

**BRASÍLIA
2021**



ISADORA RICARDO ARAÚJO

**A REDEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: Uma
análise do posicionamento brasileiro nas Conferências Mundiais da ONU Sobre a
Mulher**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Luciano da Rosa Muñoz

BRASÍLIA, 2021

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador



RESUMO

A política externa brasileira durante o regime militar era baseada, majoritariamente, no desenvolvimento e crescimento econômico do país, e tinha como principal objetivo a consolidação do Brasil como uma potência mundial. Os efeitos do fim da Guerra Fria, como a liberalização econômica, a intensificação da globalização e o surgimento de novas pautas na agenda mundial, influenciaram diretamente no processo de internacionalização e de redemocratização do regime político brasileiro. Com o processo de redemocratização, o Brasil passou a englobar pautas de direitos humanos na agenda de política externa e fortalecer sua participação em conferências internacionais. O principal objetivo do presente trabalho é buscar compreender como a redemocratização do governo brasileiro influenciou positivamente na abertura do processo de formulação de política externa pautada na proteção às mulheres, a partir da mudança gradativa da atuação brasileira durante as Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, as quais constituíram instrumentos para a promoção dos direitos humanos, proporcionando a formulação de uma agenda global sobre direitos das mulheres e transformações no contexto doméstico. Para atingir este objetivo, serão cumpridos os objetivos específicos de tratar das principais pautas da agenda de política externa brasileira durante o regime militar (1964-85) e do processo de redemocratização da política externa brasileira; abordar o desenvolvimento histórico e autônomo do movimento feminista brasileiro e a relação entre o movimento feminista e o processo de democratização como um todo; apresentar os objetivos, decisões e conquistas das Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, assim como o posicionamento da delegação brasileira em cada uma delas.

Palavras-chave: política externa brasileira, redemocratização, movimento feminista, Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC - Agência Brasileira de Cooperação
- ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- AMB - Articulação da Mulher Brasileira
- AMBB - Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing
- CDH - Comissão de Direitos Humanos
- CEDAW - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNDM - Conselho Nacional da Condição da Mulher
- CSW - Comissão sobre a Situação da Mulher
- FBPF - Federação Brasileira para o Progresso Feminino
- GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- ONG - Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
- OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SELA - Sistema Econômico Latino-Americano
- TNP - Tratado de Não-Proliferação
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O REGIME MILITAR E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	10
2.1 Governo Castello Branco (1964-1967).....	10
2.2 Governo Costa e Silva (1967-1969)	12
2.3 Governo Emílio Médici (1969-1974)	14
2.4 Governo Geisel (1974-1979)	16
2.5 Governo Figueiredo (1979-1985).....	19
2.6 Política externa e democracia	21
3. O MOVIMENTO FEMINISTA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO 26	
3.1 Desenvolvimento histórico do feminismo no Brasil	26
3.2 O movimento feminista durante a redemocratização brasileira	31
3.3 Perspectiva feminista sobre o processo de democratização	33
4. AS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU SOBRE A MULHER	38
4.1 Cidade do México (1975)	39
4.2 Copenhague (1980).....	41
4.3 Nairóbi (1985)	42
4.4 Beijing (1995).....	44
4.5 O posicionamento brasileiro	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56



1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, questões de gênero não foram incluídas dentro da esfera de atuação dos Estados, nem consideradas importantes para as relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 223). No entanto, com o fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova ordem mundial, foram introduzidos novos temas e pautas na agenda internacional, e as organizações internacionais, como a ONU, tomaram consciência da importância da promoção de políticas de igualdade de gênero, tanto no âmbito social, quanto econômico. Nesse contexto, a ONU proclamou o ano de 1975, como “Ano Internacional da Mulher” e promoveu a I Conferência da ONU Sobre a Mulher, na Cidade do México, no mesmo ano. Esta conferência foi seguida por outras três em Copenhague (1980), Nairóbi (1985) e Beijing (1995).

Embora o movimento das mulheres se refira a épocas anteriores à fundação das Nações Unidas, o fim da Guerra Fria trouxe um contexto de pluralidade de temas em que o feminismo emerge como uma estratégia analítica e teórica para a compreensão das questões de gênero. E com as Conferências Mundiais Sobre a Mulher, organizadas pela ONU, surge um real interesse, nunca exposto antes, na solução dos problemas relativos ao gênero feminino na comunidade internacional.

O processo de redemocratização do governo brasileiro, iniciado no ano de 1985, permitiu uma maior organização de movimentos sociais, bem como a abertura do processo decisório de política externa, proporcionando um maior espaço para que movimentos de mulheres reivindicassem direitos e exigissem maior participação brasileira em fóruns globais acerca do tema. Ou seja, o recém-estabelecido governo democrático brasileiro influenciou na abertura da política externa brasileira e no posicionamento do país acerca de questões relacionadas à condição das mulheres, modificando gradativamente a atuação brasileira nas Conferências da ONU Sobre a



Mulher, primeiramente na Conferência de Nairóbi, em 1985, e de forma mais notória na Conferência em Beijing, em 1995.

O objetivo do presente trabalho se faz analisar como a redemocratização do governo brasileiro influenciou positivamente na abertura do processo de formulação de política externa pautada na proteção às mulheres, com base no posicionamento brasileiro durante as quatro Conferências da ONU sobre a Mulher, entre 1975 a 1995. Essa análise se faz relevante para a compreensão de como a transição democrática, bem como as alterações no cenário internacional, influenciaram na mudança gradativa da atuação brasileira nas Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher. Será também analisado como os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nas conferências se relacionaram com o avanço de políticas públicas domésticas e na expansão da discussão sobre os direitos das mulheres no âmbito interno, principalmente com o reconhecimento de demandas concernentes aos direitos das mulheres e repercussão positiva na Constituinte de 1988, traduzindo as demandas das Conferências da ONU Sobre a Mulher em direitos constitucionais (PINTO, 2003). Este trabalho foi elaborado com uma base bibliográfica de artigos científicos, livros, monografias e teses, documentos oficiais da ONU e relatórios dispostos pelo governo brasileiro.

Para alcançar este objetivo geral, o presente trabalho está estruturado de modo a, primeiramente, abordar as principais pautas da agenda de política externa brasileira durante o regime militar (1964-85) e expor o processo de redemocratização da política externa brasileira; em seguida, tratar da relação entre o movimento feminista e o processo de democratização como um todo; e, por fim, tratar das Conferências Mundiais sobre a Mulher. Nesse sentido, o primeiro capítulo **“Política externa brasileira durante o Regime Militar e o processo de redemocratização”** abordará brevemente as diferentes políticas implementadas e intituladas por cada um dos governos militares, com destaque às principais pautas da agenda de política externa, retratando também, o processo de redemocratização do governo brasileiro, abrangendo



as transformações nos padrões de gestão das políticas públicas e, em especial, no âmbito da política externa.

O segundo capítulo “**O movimento feminista e o processo de democratização**” tem por objetivo tratar da relação entre o movimento feminista e o processo de democratização como um todo e, para isso, foi dividido em três partes. Na primeira parte, será tratado o desenvolvimento histórico e autônomo do movimento feminista brasileiro; na segunda parte, serão observadas algumas das dinâmicas que envolveram o desenvolvimento dos grupos feministas no período de democratização brasileiro; e por fim, a terceira parte abordará a perspectiva feminista sobre o processo de democratização, com foco em obras das autoras Judith Ann Tickner e Cynthia Enloe. O terceiro e último capítulo abordará os objetivos, decisões e conquistas das Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, realizadas na Cidade do México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Beijing (1995), assim como o posicionamento da delegação brasileira em cada uma delas.



2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O REGIME MILITAR E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

O Regime Militar corresponde ao período sob o comando de sucessivos governos militares, entre a deposição do presidente eleito João Goulart, em 1964, e a eleição indireta de Tancredo Neves para o cargo de Presidente, em 1985. Período este, marcado por grandes transformações na formulação de política externa¹, principalmente, pela interrupção da ordem democrática, influenciada em boa medida pela conjuntura internacional de confrontação ideológica.

2.1 Governo Castello Branco (1964-1967)

Ao assumir a Presidência da República em abril de 1964, o general Castello Branco juntamente e seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, tinham o objetivo de derrubar os princípios que regiam a Política Externa Independente, “tais como o nacionalismo [...] e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina” (CERVO; BUENO, 1992, p. 394). Seu governo “se empenhou, internamente, num constante esforço de implantação de uma aberta economia de mercado, a partir de um sério combate à inflação e de um intento de imprimir maior funcionalidade à máquina do Estado” (JAGUARIBE, 2006, p. 40). Vasco Leitão da Cunha definiu apenas dois objetivos externos:

- a) recolocar o Brasil no quadro das relações prioritárias com o Ocidente;
- b) ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil. A diplomacia seria, pois, acionada para atender

¹ De acordo com Jaguaribe (2006, p. 30), a política externa de um país é condicionada, em função da imagem que se faça de si mesmo e do mundo e dos recursos de que efetivamente disponha, pelos objetivos internacionais que se fixe e por sua capacidade de atingi-los.

fundamentalmente aos interesses do comércio exterior, e nesse sentido o Ministério das Relações Exteriores passou por uma reforma em 1966, feita com o intuito de aparelhá-lo para a moderna promoção comercial (CERVO; BUENO, 1992, p. 405).

No entanto, não houve a diferenciação entre valores ético-políticos e interesse nacional durante o seu governo, o que afetou diretamente a sua política externa, a qual adotou um sistemático antagonismo, inclusive no campo comercial, aos países socialistas². Portanto, “a política externa brasileira se converteu numa gratuita defesa de princípios e não na satisfação dos legítimos interesses nacionais” (JAGUARIBE, 2006, p. 41).

Portanto, sua agenda de política externa teve como principal característica a crença de que a Guerra Fria era um evento substancial da história contemporânea (MARTINS, 1975, p. 58). Ou seja, adotou-se a visão de que as forças democráticas do Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos, se opunham às forças totalitárias do bloco soviético, alinhando-se assim, à liderança norte-americana, na expectativa de valorizar o papel estratégico do Brasil e desenvolver uma parceria privilegiada com os EUA, de maneira a viabilizar o projeto de desenvolvimento do país. Paulo Vizentini (2004, p. 33) refere-se ao período como uma “política externa interdependente”, Leticia Pinheiro (2004, p. 37) o inclui dentro do "paradigma americanista" e Cervo e Bueno (1992, p. 399) reconhecem a política externa de Castello Branco, implementada em conformidade com a bipolaridade, apresentada como um anacronismo.

² Hurrell (2013, p. 132-133) salienta, contudo, que esse antagonismo se direcionava principalmente a Cuba e China, não ocorrendo o mesmo com a URSS e os países do Leste Europeu: “[O]ne can argue that, despite the heavy emphasis on ties with the United States, the Brazilian government was interested in expanding relations with other areas. [...] Interestingly, this policy also extended to the Soviet Union and Eastern Europe, where, unlike the cases of China and Cuba, trade relations were actively encouraged. In September 1965 the Planning Minister, Roberto Campos, made a 12 day visit to Moscow to promote trade. In August 1966 the two governments signed an agreement covering the provision of credit for Soviet deliveries of machinery and equipment and including a Soviet commitment to take 25% of its imports from Brazil in manufactured or semi-manufactured goods. Despite a slight fall-off between 1963 and 1964, trade with the COMECON countries grew steadily from US \$88 million in 1964 to US\$ 141 million in 1969.”

2.2 Governo Costa e Silva (1967-1969)

“Com Costa e Silva, assumiu o poder no Brasil um grupo militar mais identificado com causas nacionalistas que, sem rejeitar a aliança com os EUA, buscou matizá-la mediante atitudes de independência, sobretudo no terreno nuclear” (CORRÊA, 2006, p. 514). Em seu governo, houve o abandono das fronteiras ideológicas do governo Castelo Branco, defendendo uma maior autonomia do país e o fim do alinhamento automático com os EUA. A lógica é, portanto, redirecionada dos discursos leste-oeste para norte-sul, ou seja, retomou-se a preocupação econômica entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. “O Brasil reassumia, assim, uma posição de relativa confrontação com os países industrializados e de solidariedade militante com os países do Terceiro Mundo, em geral, e os países latino-americanos, em particular.” (MARTINS, 1975, p. 71).

Portanto, Costa e Silva “reformulou as diretrizes fundamentais da política externa, procedendo à nova limpeza de posições e determinando um curso que, desta feita, permaneceu inalterável em sua essência” (CERVO; BUENO, 1992, p. 407). A política externa formulada em seu governo, intitulada como Diplomacia da Prosperidade, buscava, principalmente, a colaboração externa necessária à aceleração do progresso econômico e social. Ou seja, o objetivo da nova política foi o de colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo aproveitamento das oportunidades que o setor externo pudesse oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país. Logo, a diplomacia foi concebida e mantida como instrumento do expansionismo econômico.

Durante o seu governo, o Brasil recusou-se a assinar o TNP³, o qual mantinha o monopólio das decisões nas mãos das grandes potências, e deu início ao fortalecimento da relação com a Alemanha, que iria frutificar mais adiante no governo de Geisel.

³ A recusa do Governo Costa e Silva em aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1968, por este impedir o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia nuclear, foi um dos marcos do conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética.



Entretanto, “o choque com os Estados Unidos no plano internacional não impossibilitou o estabelecimento de relações relativamente harmoniosas entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional” (VIZENTINI, 2004, p. 81).

Amado Cervo (1992, p. 407) denomina este período como "recuperação das tendências", já que houve a reincorporação de teses mais nacionalistas ao modelo de desenvolvimento, e a diminuição do uso do discurso ideológico da Guerra Fria para formulação da política externa:

Foram, primeiramente, eliminados, a partir de um diagnóstico do sistema internacional, os conceitos agora inadequados para orientar a política externa: a) a bipolaridade, porque o conflito Leste-Oeste esmoreceu, o entendimento entre as duas superpotências avançou, a coesão dos sistemas de alianças enfraqueceu, ao tempo em que a divisão Norte-Sul acentuou-se; b) a segurança coletiva, porque não serve à superação da desigualdade, “em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos”; c) a interdependência militar, política e econômica, porque as políticas externas se guiam pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas; d) o ocidentalismo, porque vem eivado de prevenções e preconceitos que tolhem à ação externa as vantagens do universalismo (1992, p. 409).

No cenário internacional, o contraste entre o posicionamento brasileiro nos níveis doméstico e internacional é visível por meio do provável voto favorável do Brasil na adoção pela Assembleia Geral da ONU, de 19 de dezembro de 1968, das realizações dessa Conferência Mundial de Direitos Humanos, a qual endossou a Declaração de Teerã como uma afirmação importante e atemporal dos princípios da Declaração



Universal de Direitos Humanos e de outros instrumentos internacionais do campo dos direitos humanos.

No ano seguinte, o Brasil se absteve do voto no tópico das recomendações da Conferência de Teerã a respeito do direito à autodeterminação dos povos e da luta pela independência das colônias. Tal posição de se abster do voto representa a cautela com que a política externa do regime militar atuava perante o sistema internacional de direitos humanos, visando evitar uma possível apreensão ou interferência externa sobre a situação doméstica brasileira.

2.3 Governo Emílio Médici (1969-1974)

“Sob o presidente Médici, desenvolveu-se uma política até certo ponto ambígua” (CORRÊA, 2006, p. 514). Internamente, o governo é marcado por maior repressão e autoritarismo, o que colocou o Brasil sob uma visão desfavorável das organizações internacionais de direitos humanos, e ao mesmo tempo, pela intensificação da aliança com os EUA. Por outro lado, o governo Médici é respaldado pela guinada econômica e àquilo que se denomina de "milagre econômico". No entanto:

A euforia provocada pelo “milagre” e a convicção em círculos dirigentes de que o Brasil era uma “ilha de tranquilidade e prosperidade num mundo conturbado”, para usar as expressões da época, insensibilizava as lideranças políticas nacionais para o grande isolamento que então caracterizava a postura internacional do Brasil (CORRÊA, 2006, p. 514).

O chanceler Gibson Barbosa elaborou a ideia da Diplomacia do Interesse Nacional, a qual contrapõe-se à aliança norte-sul, terceiro-mundista e projeta a ideia de um Brasil como grande potência. Para o governo Médici, tal aliança implicaria em uma

ruptura do sistema capitalista e, por isso, deveria ser rejeitada. “Nessa nova linha priorizava-se o bilateralismo e a via solitária para lograr seu objetivo mais ambicioso: o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo” (VIZENTINI, 2004, p. 136). Ocorreu, portanto, uma reorientação das prioridades, sem ignorar os demais papéis do Brasil, que ficavam, naquele momento, em segundo plano:

Gibson Barbosa atribuía, em 1972, cinco funções à política externa: a) provocar mudança nas regras da convivência internacional e na cristalização do poder; b) usar o poder nacional decorrente do crescimento em favor dos povos que aspiram ao progresso; c) auxiliar a implantação da nova ordem econômica internacional, até mesmo como requisito da paz, que não resulta da manutenção do status quo e do equilíbrio do poder; d) manter ativa solidariedade com os povos em vias de desenvolvimento; e) ampliar em extensão e profundidade o universalismo da ação externa (CERVO; BUENO, 1992, p. 412).

A política externa do governo Médici se baseava naquilo “que o governo Costa e Silva não tivera olhos para ver: a intuição de que nada precisava ser alterado na ordem mundial estabelecida, exceto a posição relativa que nela o Brasil estava ocupando” (MARTINS, 1975, p. 84). “No plano do comércio regional, a diplomacia do interesse nacional empenhou-se em intensificar o intercâmbio com todos os países, superando as fronteiras ideológicas” (MARTINS, 1975, p. 92). Quanto à política africana, o Brasil declarou apoio às teses portuguesas na ONU de 1970 a 1973, onde o Brasil votou contra em todas as resoluções referentes às colônias portuguesas e à luta de seus povos pela autodeterminação.

Embora o globalismo tenha sido destacado no governo Costa e Silva, o governo Médici retardou a aplicação deste padrão na política externa brasileira. Ainda assim, houve participação do país nos foros multilaterais. Em junho de 1972, realizou-se em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a qual foi intensa a atuação brasileira, que procurou catalisar as posições do Terceiro Mundo, obtendo resultados de modo geral satisfatórios. “Desde 1971, a doutrina-síntese sustentada pelo Brasil nos foros multilaterais passou a ser a da “segurança econômica coletiva”, que retirava do confronto bipolar e deslocava para o confronto material as possibilidades da paz internacional” (CERVO; BUENO, 1992, p. 430).

2.4 Governo Geisel (1974-1979)

Com a crise econômica internacional decorrente da valorização do petróleo⁴ e o fim do “milagre econômico”, Geisel coloca em vigor o plano de desenvolvimento elaborado por seu ministro de planejamento, Reis Velloso, “onde a diplomacia, convertendo-se em instrumento mais ágil, buscou a cooperação, a expansão do comércio exterior, o suprimento de matérias-primas e de insumos, o acesso a tecnologias avançadas” (CERVO; BUENO, 1992, p. 412). Por um lado, o plano buscou compatibilizar o autoritarismo militar com a restauração de um Estado de Direito. Por outro lado, “buscou superar as contingências decorrentes da crise do petróleo [...] mantendo a implantação de um grande programa de desenvolvimento econômico, mas gerando, por outro lado, a pesada dívida externa que sufocaria o país” (JAGUARIBE, 2006, p.42).

Em 1974, na primeira reunião ministerial do seu governo, Geisel, com o chanceler Azeredo da Silveira, introduz a política de “pragmatismo responsável” como princípio norteador de sua política externa e estabelece como tarefa prioritária da diplomacia brasileira promover o relacionamento com as nações irmãs da

⁴ Segundo Jaguaribe, a crise do petróleo foi erroneamente interpretada como temporária por Geisel (2006, p.40).



circunvizinhança, de aquém e além-mar. A diplomacia estaria a serviço, em particular, dos interesses do nosso comércio exterior, e para tanto, deveriam ser feitos, com prudência, os realinhamentos necessários. Ou seja, o pragmatismo responsável visava a aproximação com os países do Terceiro Mundo, de modo a diversificar as relações internacionais do país, levando ao fim o alinhamento automático com os Estados Unidos, e deixando num segundo plano o peso ideológico do conflito leste-oeste. Para Souto Maior (2006, p. 477), “a nova linha de atuação diplomática passou a dar prioridade aos interesses nacionais autonomamente definidos, rejeitando um alinhamento automático com o Mundo Ocidental, com cujos valores declarava, entretanto, seguir identificando-se.”

Nesse contexto, segundo Cervo e Bueno, ao assumir o governo em 1974, Geisel manteve a mesma estratégia de relacionamento com a América Latina, marcada, desde Médici, por intensa ação em diversos níveis:

a) nos órgãos multilaterais regionais, particularmente no SELA (Sistema Econômico Latino-Americano, criado por tratado de 1975), na OEA, na ALALC - vendeu a imagem de um país não hegemônico, aberto à integração; b) pela diplomacia pessoal, que teve um grande incremento - afinava as posições em política internacional, dissuadia consensos de grupos, procedia a demonstrações de força quando necessário e preparava o terreno para projetos de intercâmbio; c) na esfera bilateral - reforçava os programas em andamento e ampliava a cooperação, no plano das intenções (acordos, tratados) em volume positivamente enorme (1992, p. 448).

A política de pragmatismo responsável também se materializou em várias iniciativas com o objetivo de recuperar a presença do Brasil na África e na Ásia, como

por exemplo, em 1974, quando Geisel pressionou o governo português para reconhecer a independência de Guiné-Bissau e favorecer as de Angola e Moçambique. E em 1975, quando a delegação brasileira votou a favor, na XXX Sessão da ONU, de uma Resolução que declarava o sionismo forma de racismo, “invocando a tradicional política anti-racista brasileira e estabelecendo uma distinção entre o apoio à existência de Israel e ao movimento sionista” (CERVO; BUENO, 1992, p. 454). O pragmatismo responsável “conduziu também à denúncia do Acordo Militar Brasil - Estados Unidos⁵, provocando um sensível afastamento entre os dois países, possibilitando, em contrapartida, um grande acordo nuclear com a Alemanha” (JAGUARIBE, 2006, p. 42). No entanto, a relação com a Argentina chegaria ao seu ponto mais crítico, estabelecendo um esfriamento absoluto nas relações bilaterais e uma situação de constantes desavenças em foros multilaterais.

“Com o advento do governo Carter nos EUA, o Brasil passou, ademais, a ser objeto de fortes pressões, tanto por suas políticas em matéria nuclear, quanto pela persistência de violações aos direitos humanos” (CORRÊA, 2006, p. 515). Após o Brasil se tornar alvo de exame da situação dos direitos humanos pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o país integrou-se na Comissão pela primeira vez em 1977. No entanto, a atitude conservadora do Brasil, baseada na premissa da não ingerência em assuntos internos, acaba refletida na atuação cautelosa e restritiva do país na CDH.

No início de seu governo, era perceptível a descrença da diplomacia brasileira ante a eficiência dos órgãos multilaterais. Apesar disso, não convinha e não era pretendido abandonar o multilateralismo. Houve um empenho crescente de sua diplomacia nos foros multilaterais, onde ele se alinhou decisivamente ao Terceiro Mundo. O governo brasileiro apresentou à comunidade internacional o Acordo Geral, “entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, para mudar de vez e por inteiro as regras arcaicas e injustas do comércio internacional prevalecentes no seio do GATT” (CERVO; BUENO, 1992, p. 431).

⁵ Segundo Lima e Moura (1982, p. 353), a denúncia do Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, em 1977, representou o momento mais crítico das relações Washington-Brasília, durante o governo Geisel.



A principal preocupação do então ministro das relações exteriores, Antonio Francisco Azeredo da Silveira, era fazer o Brasil retomar o direito de formular sua posição em função de posições próprias, sem se preocupar em satisfazer as pressões dos norte-americanos (FONSECA Jr., 2006; p. 421), dando base para a ideia de “não alinhamento automático”, principalmente em temas expressivos da agenda internacional, entre eles, os direitos humanos. A situação doméstica do país caminhava para uma abertura democrática lenta, gradual e segura, de forma que os encarregados da política externa não poderiam acatar de forma completa uma linha de política externa pragmática, em contraste com a orientação ideológica dos governos anteriores, de transição imediata para a plena democracia (SOUTO MAIOR, 2006; p. 440). Para Pinheiro (2004, p. 45), a implementação de uma política externa pragmática só foi possível por meio da superação do preceito de “fronteiras ideológicas” que de alguma forma guiavam o comportamento diplomático brasileiro.

2.5 Governo Figueiredo (1979-1985)

“Sob a presidência Figueiredo, produziu-se a evolução do regime militar em direção a uma transição negociada, precedida pelo desmantelamento dos aparatos mais diretamente responsáveis pelas transgressões de direitos humanos” (CORRÊA, 2006, p. 515). Seu governo prometeu tanto a abertura política, como dar continuidade àquilo pregado por Geisel, com exceção da política referente à Argentina. “A política externa brasileira passou a dar crescente importância ao relacionamento com a Argentina, com os países do Cone Sul, com os da Bacia Amazônica e, de um modo geral, com a América Latina” (JAGUARIBE, 2006, p.43).

Conceitualmente, a política externa passou a ser denominada de "universalista", a qual, segundo Lima e Moura (1982, p. 351), deu continuidade à ideia do pragmatismo, com o não alinhamento automático e a inexistência de aliados preferenciais. Porém o novo conceito seria mais abrangente, na medida em que tenderia a incorporar as duas

vertentes da inserção do Brasil no plano mundial: as relações com os países avançados do Norte e as relações com os países em desenvolvimento do Sul.

“A independência e o universalismo da política externa não foram restringidos, o desenvolvimento prosseguiu como vetor da ação externa brasileira nos foros multilaterais e a cooperação ampliou-se e avançou em qualidade” (CERVO; BUENO, 1992, p. 457). O então chanceler Saraiva Guerreiro, prezava pela maximização das oportunidades de desenvolvimento do país, concebendo este desenvolvimento como responsabilidade interna, que poderia ser travada por dificuldades externas. Ou seja, o desenvolvimento e o progresso foram os principais alvos da diplomacia do governo Figueiredo (CERVO; BUENO, 1992, p. 413).

A abertura política do contexto interno produzido pelo governo Figueiredo, embora não tenha produzido impacto maior na formulação da política externa do país, ampliou potencialmente os espaços políticos e econômicos no plano externo, “particularmente na relação que ele mantinha com países de maior representatividade democrática, na medida em que isso reforçava a confiança e credibilidade internacional do país” (LIMA; MOURA, 1982, p. 362).

Entretanto, ao fim do governo Figueiredo, cobrou-se maior importância internacional a outro tema que deixaria o Brasil em posição desfavorável internacionalmente: o meio ambiente. Naquele contexto, o modelo nacional desenvolvimentista enfraquece em meio à transição democrática (CERVO; BUENO, 2002). Em seu governo, ainda prevaleciam visões baseadas em concepções ultranacionalistas, que impediam a plena participação do Brasil nos processos já então perceptíveis de transformação da agenda internacional:

O perfil discreto que o Brasil adotara nas Nações Unidas e nas relações com os demais países em desenvolvimento, evitando inclusive, por 18 anos seguidos, candidatar-se ao Conselho de Segurança, refletia o zelo com que o país se protegia atrás do



escudo conceitual da soberania e da não-ingerência para circundar temas como os direitos humanos, meio ambiente e energia nuclear (CORRÊA, 2006, p. 515).

2.6 Política externa e democracia

Segundo Robert Dahl (1997), democracia é um sistema “em que a oportunidade de participar das decisões é compartilhada amplamente por todos os cidadãos adultos” (DAHL, 1997 *apud* SORGINE, 2016, p. 221). Tal definição estabelece como fatores essenciais de um regime democrático o direito à competição e à maior participação dos cidadãos na vida pública, denotando mudanças tanto no Estado quanto na sociedade civil. “Como premissa fundamental para seu funcionamento, haveria a noção de que o poder de tomar decisões deve ser livre de desigualdades, permitindo-se ao corpo social direitos igualitários para uma participação efetiva na vida política” (SORGINE, 2016, p. 222).

Em meados dos anos de 1980 e no início da década seguinte, “o mundo passou por profundas mudanças tanto em seus contornos políticos, quanto econômicos” (HADDAD, 2007, p. 48). No cenário internacional, deu-se o fim do confronto bipolar que condicionava todo o conjunto das relações entre os Estados e, conseqüentemente, a agenda internacional ampliou-se em seu rol temático. Questões ambientais e ligadas ao crime internacional, ao narcotráfico, aos direitos humanos, aos fluxos migratórios e à não-proliferação estabeleceram novas discussões e alinhamentos. Os efeitos do fim da Guerra Fria, como a liberalização econômica, e a intensificação da globalização influenciaram diretamente no processo de internacionalização e de redemocratização do regime político brasileiro.

Para Cervo e Bueno (1992, p. 485), nos anos 1980, “apesar de ingentes esforços desenvolvidos no seio dos órgãos multilaterais, [...] a cooperação ainda se manteve experimental e oportunista, voltada à solução de problemas conjunturais”, sem o esforço

de reforçar a autonomia da América Latina. Nesse contexto, “cientistas políticos e homens de Estado perceberam que o desenvolvimento não seria estimulado pelo Norte e a redemocratização dependeria de políticas públicas, do assentimento social e da disposição em superar divergências históricas” (CERVO; BUENO, 1992, p. 485).

Santoro (2012, p. 96) identifica o início do processo de redemocratização brasileiro com a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral para o cargo de presidente em 1985⁶, e com a restauração dos direitos civis e políticos. A consolidação da democracia brasileira fora formalizada com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que expandiu o campo da ação política, “tornando-o permeável às influências e demandas sociais, levando, com isso, à ampliação da influência popular sobre os processos legislativos e decisórios” (Lima, 2000; Pinheiro, 1997).

Para Lima (2000, p. 287), verifica-se, a partir daí, o redimensionamento da tradicional forma de condução da política externa brasileira:

A globalização, no sentido amplo de internacionalização da economia e de diversos fenômenos sociais, fomenta a superação da fronteira interno/externo e, conseqüentemente, a internacionalização da agenda doméstica, com a incorporação à esfera da decisão legislativa de questões de política externa, questões que previamente estavam restritas ao Executivo. A integração à economia internacional e a abertura econômica contribuem para a politização da política externa em vista dos impactos distributivos internos da maior participação no comércio internacional, uma vez que em uma economia aberta há ganhos e perdas diferenciados frutos de decisões e negociações internacionais. A economia global estimula a

⁶ Apesar de eleito presidente do Brasil, Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo por conta de complicações em seu estado de saúde. Com a morte de Tancredo, assumiu a presidência seu vice, José Sarney.



criação de redes de intercâmbio entre cidades e estados de diferentes países. A formação dessas novas redes federativas questiona a tradição constitucional latino-americana calcada na maior autonomia do Executivo na condução da política externa (LIMA, 2000, p. 287).

No entanto, Letícia Pinheiro afirma que ao contrário das questões de natureza econômica, as de natureza política não tiveram muito impacto sobre os paradigmas diplomáticos:

De fato, a redemocratização responde muito pouco por qualquer alteração no conteúdo da política externa. Se, com o novo regime, tornou-se mais fácil e mesmo recomendável aproximação política com a Argentina, não se pode negar que essa já era uma tendência anunciada desde o Governo Figueiredo (PINHEIRO, 2004, p. 53).

Porém, é inegável que houve uma progressiva aproximação entre política externa e pautas sociais típicas de uma democracia em formação, como saúde pública, proteção às mulheres, preservação do meio ambiente, combate ao racismo, entre outras. Nesse contexto, estabeleceram-se novos canais de interação entre governo e sociedade, onde grupos de interesse criados a partir de movimentos sociais “procuravam ampliar sua atuação reivindicando uma participação política coerente e concordante com a lógica democrática da inclusão cidadã e do paradigma oficial da diplomacia pública” (HADDAD, 2007, p. 57). Assim, há um rompimento com a concepção de política externa voltada apenas para questões de guerra e paz, a serem resolvidas essencialmente entre os Estados soberanos, por meio de seus governantes e/ou corpo diplomático.

A tendência seria, portanto, “a pluralização do processo decisório da política externa, com novos e múltiplos atores atuando na definição dos caminhos diplomáticos

a serem seguidos pelo país” (HADDAD, 2007, p. 52). O Itamaraty passa a canalizar para si as demandas por participação dos diversos setores da sociedade, principalmente durante a “década das conferências” dedicadas aos temas sociais das Nações Unidas, a qual foi um poderoso incentivo para a inserção de organizações feministas, sócio ambientalistas e dos movimentos negros e indígenas no cenário internacional, e quando, no âmbito doméstico, valorizaram-se as ONGs como fontes de informação técnica e qualificada sobre temas e assuntos específicos, até então fora do campo da atuação externa brasileira. A cooperação entre o Itamaraty e as ONGs foi, portanto, fundamental para o posicionamento da diplomacia brasileira nas conferências internacionais (HADDAD, 2007, p. 65).

De acordo com Costa da Silva (2014, p. 8), o principal avanço na política externa obtido com a democratização foi a superação da posição conservadora e cautelosa predominante durante o regime militar, principalmente em relação aos direitos humanos. É evidente o peso do restabelecimento da democracia no país para o processo de integração dos direitos humanos à política externa e interna do país, a qual também surtiu efeitos positivos com a incorporação do discurso democrático pela diplomacia brasileira, uma vez que houve a efetivação da correspondência desejada entre a representatividade interna da política externa e os compromissos explícitos de apoio às experiências democráticas no plano internacional.

Ainda assim, a consolidação dos direitos humanos nas políticas doméstica e externa após a redemocratização do Brasil foi realizada gradualmente. A plena realização dos direitos humanos em escala global exigiria a diminuição da distância existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a superação do contraste prevacente no sistema internacional de excesso de poder. É por essa razão que a diplomacia brasileira, na linha do que já vinha sendo feito pelo Itamaraty durante o regime militar, passa a defender as posições dos países do Terceiro Mundo em prol de uma ordem econômica mais justa e equitativa.

Assim sendo, atribuiu-se ao presidente José Sarney, empossado após a morte de Tancredo Neves, a condução da transição política. Sarney evidencia os direitos humanos ao considerá-los como elementos de confirmação da democracia, ligando a questão da promoção e proteção deles com o exercício das liberdades política, econômica e social. No âmbito externo, o dever era reinserir o Brasil nos foros internacionais como um Estado democrático e garantidor do Estado de Direito⁷.

O discurso de Sarney na XL Assembleia Geral da ONU, em 1985, pode ser considerado o marco inaugural da nova retórica oficial nos foros multilaterais, “demonstrando a importância que se passava a atribuir aos valores de direitos humanos como parte do esforço de transformação democrática do Estado e da sociedade brasileiros” (BELLI, 2009; p. 176). Nele, Sarney buscou transmitir à comunidade internacional a mensagem explícita de que o Brasil consolidava-se não só como uma democracia representativa, mas “principalmente como uma nação respeitadora dos direitos humanos, de forma que a democracia no ambiente doméstico era vista como insumo para a projeção internacional do Brasil” (BELÉM LOPES, 2013; p. 47). Este fortalecimento da presença internacional se torna uma nova dimensão da política externa brasileira.

Fundamentada na credibilidade que o país alcançou com a consolidação da democracia, a estabilidade e a abertura econômica, a diplomacia presidencial foi acionada com vigor nos foros multilaterais e nas relações bilaterais. Ou seja, as mudanças pelas quais passou o país nos campos político, econômico, social e cultural impactaram profundamente o perfil da delegação brasileira nos foros multilaterais. Mais precisamente, o recém-estabelecido governo democrático brasileiro claramente surtiu influência sobre a mudança gradativa da atuação das delegações brasileiras nas Conferências da ONU Sobre a Mulher.

⁷ De acordo com o art. 1º da Constituição Federal, o Estado Democrático de Direito tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.



3. O MOVIMENTO FEMINISTA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo tratar da relação entre o movimento feminista e o processo de democratização como um todo e, para isso, será dividido em três partes. Na primeira parte do capítulo, será tratado o desenvolvimento histórico e autônomo do movimento feminista brasileiro; na segunda parte, serão observadas algumas das dinâmicas que envolveram o desenvolvimento dos grupos feministas no período de democratização brasileiro; e por fim, a terceira parte abordará a perspectiva feminista sobre o processo de democratização, com foco em obras das autoras Judith Ann Tickner e Cynthia Enloe.

3.1 Desenvolvimento histórico do feminismo no Brasil

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, houve a ascensão das lutas e manifestações femininas pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. Segundo Céli Pinto (2003, p. 14), é possível identificar diferentes vertentes no movimento feminista brasileiro:

A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920, e que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. A segunda vertente, conhecida como feminismo difuso, se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. Essas mulheres defendem a educação da mulher e

falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio. A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Eram mulheres militantes dos movimentos de esquerda que defendiam a liberação da mulher de uma forma radical, tendo como foco central a questão da exploração do trabalho (PINTO, 2003, p. 14).

No Brasil, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos. No século XIX, houve mulheres que lutaram de forma individual pelo direito ao voto⁸. A questão chegou a ser discutida na Constituinte republicana de 1891, e várias emendas foram propostas. A Constituição não incluiu o voto feminino, mas ao mesmo tempo, não o proibia explicitamente. No entanto, a não exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. “A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos” (PINTO, 2003, p. 16). Com a não aprovação do voto feminino pela Constituinte, um grupo de mulheres fundou, em 1910, o Partido Republicano Feminino. O partido defendia desde o direito ao voto à emancipação e o fim da exploração sexual, e chegou a promover, em 1917, uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres⁹. Naquele contexto, o movimento das mulheres pretendia ampliar a sua base de apoio e a opinião pública a seu favor.

⁸ Em 1873, Francisca Senhorinha Motta Diniz foi a primeira mulher a fundar o primeiro jornal no Brasil, “O Sexo Feminino”, com o objetivo de divulgar a causa das mulheres.

⁹ É relevante lembrar que, naquela época, mulheres apenas transitavam na rua por estrita necessidade, e sempre acompanhada por seus maridos.



Após o seu retorno de um longo período de estudo em Paris, Bertha Lutz escreveu em jornais e viajou novamente para a Europa e os Estados Unidos representando o país no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos. “Em 1922, organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, onde criou-se a Federação Brasileira para o Progresso Feminino¹⁰, a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher no período” (PINTO, 2003, p. 23). O Partido Republicano Feminino se desfez com a criação da FBPF, em 1922.

Juvenal Lamartine, eleito governador do estado do Rio Grande do Norte e forte aliado de Bertha Lutz, propôs, em 1927, a formulação de uma lei eleitoral que permitisse o voto feminino, porém, o projeto não foi aprovado no plenário do Senado (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 219). Foi somente no ano de 1932 que o novo Código Eleitoral atribuiu às mulheres o direito de votarem e serem votadas.

“O feminismo brasileiro desenvolveu-se em um difícilíssimo paradoxo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil” (PINTO, 2003, p. 45). Um número considerável de mulheres, tanto de militantes como de companheiras de homens que atuavam em organizações de esquerda, partiram para o exílio devido à perseguição do regime militar. A mais importante organização de mulheres brasileiras no exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que tinha como objetivo específico a mobilização em reação contra o regime militar no Brasil.

De acordo com Pinto (2003, p. 46), o movimento feminista em países como o Brasil “luta por um espaço profundamente marcado pelo político, defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade [...] na qual há diferentes mulheres enfrentando diversos outros problemas, como a fome, a miséria e a desigualdade social”. Por esse motivo, “os grupos feministas, tendo a origem social nas camadas médias e intelectualizadas [...] atuaram articulados às demandas femininas das

¹⁰ De acordo com Pinto (2003, p. 23), a FBPF era composta por um grupo homogêneo de mulheres cultas e das classes dominantes.



organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras” (SARTI, 2004, p. 40).

Dois eventos importantes marcaram o feminismo no Brasil em 1972: o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, criado em 1949, e as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, que consistiam em grupos de reflexão informais e de caráter privado, já que a militância política era quase que impraticável no Brasil naquela época. “Essa seria uma marca do novo feminismo no Brasil” (PINTO, 2003, p. 46). Gradativamente, naquele contexto, os ideais feministas que exigem a igualdade de direitos e questionam a submissão da mulher começavam a ter repercussão junto à opinião pública.

O ano de 1975 é considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. A ONU o define como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. No mesmo ano, ocorreu a I Conferência Mundial sobre a Mulher na cidade do México, onde a ONU deu início a um processo que refletia uma certa consciência da gravidade da condição feminina em âmbito internacional. Após a conferência, “os temas igualdade, desenvolvimento e paz tornaram-se a base dos trabalhos da organização no tocante às mulheres” (HADDAD, 2007, p. 73).

No Brasil, o primeiro evento que marcou a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública, e o mais abrangente, foi um evento elaborado por grupos informais com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, realizado no Rio de Janeiro com o título de “O papel e comportamento da mulher na realidade brasileira”¹¹. O movimento encontra, portanto, forças para sair da clandestinidade e formar grupos políticos que passaram a atuar abertamente, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres ao regime militar (SARTI, 2004, p. 39). O feminismo brasileiro evoluía dessa forma¹².

¹¹ Neste evento, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

¹² São fundados, nessa época, os primeiros jornais nacionais dirigidos por e para mulheres: o “Brasil Mulher”, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, e o “Nós Mulheres”, publicado pela Associação de Mulheres.



Naquele contexto, havia três grandes tendências do feminismo: a marxista, a liberal e a radical. Segundo Pinto (2003, p. 60):

As marxistas tendiam a reduzir a luta das mulheres à luta de classes, e as liberais, à luta por direitos individuais. O terceiro grupo, era composto de mulheres que colocavam sua própria condição de mulher no centro da discussão; levantando questões menos aceitas, expunham de forma aberta a condição de opressão e não apresentavam uma plataforma coletiva para justificar a sua própria militância (PINTO, 2003, p. 60).

No Brasil, houve um gradual processo para que as mulheres de esquerda se identificassem como objeto da discriminação sem pertencer ao proletariado.

A partir de 1975, e por dez anos, as feministas organizaram seus encontros nacionais no âmbito da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Esses encontros são indicadores importantes de um tipo específico de feminismo que se desenvolveu no Brasil, que se poderia chamar de feminismo acadêmico, focado na pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil. De 1975, marco do movimento feminista no mundo e no Brasil, até 1979, quando o país dá os primeiros passos firmes em direção à democratização, “o movimento feminista no Brasil esteve associado muito de perto à luta pelo fim da ditadura militar” (PINTO, 2003, p. 65). Ao fim da década, era inegável a presença do movimento feminista no Brasil, mesmo que frágil e constantemente perseguido. Ou seja, o movimento feminista causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira (SARTI, 2004, p. 36).

3.2 O movimento feminista durante a redemocratização brasileira

De acordo com Sarti (2004, p. 41), “as questões propriamente feministas, que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de abertura política no país em fins da década de 1970”. Em meio à reestruturação democrática no país, na década de 1980, o movimento de mulheres no Brasil já era uma força política e social consolidada. É com o incentivo explícito da Constituição Federal de 1988, que a condição da mulher é alterada significativamente com a extinção da prevalência masculina na sociedade conjugal, fortalecendo a institucionalização do movimento (HADDAD, 2007, p. 39).

A política de transição democrática derrubou algumas das barreiras patriarcais que costumavam isolar as mulheres da vida política, e a discussão sobre gênero no Brasil se multiplicou, já que a perspectiva de governança democrática reconhece a diversificação de atores e permite o aprofundamento e aprimoramento da produção de políticas públicas. O feminismo foi levado para as artes, a mídia e as universidades como nunca antes. Em 1988, centros de pesquisa feministas e programas de estudos femininos podiam ser encontrados em mais de uma dúzia de universidades, onde apenas um desses programas existia em 1981. Ou seja, mulheres de uma variedade de classes sociais e raças, urbanas e rurais, defendendo ideologias de classe diferentes, acolheram o feminismo.

De acordo com Pinto (2003, p. 68), a relação do feminismo com o campo político a partir de 1979 deve ser examinado de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, por meio do Conselho Nacional da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher¹³ e Delegacias da Mulher, a presença de mulheres nos cargos eletivos e as formas alternativas de participação política. Naquele contexto, criaram-se conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal,

¹³ O Conselho Nacional da Condição da Mulher foi criado em 1985 como resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas Já em 1983, por um grupo de 40 mulheres do partido que procurou Tancredo Neves.



estadual e municipal, e a questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias (SARTI, 2004, p. 42). As delegacias das mulheres foram uma invenção brasileira que se expandiu em toda a América Latina, criadas durante o processo de democratização brasileiro devido à pressão dos movimentos sociais feministas. José Sarney, o vice-presidente que assumiu com a morte de Tancredo Neves, manteve a promessa de criar um conselho que garantisse e cuidasse dos direitos da mulher, e criou o conselho em 1985. Entre 1985 e 1989, o CNDM tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira. Entretanto, “sua maior e mais bem sucedida intervenção aconteceu junto à Assembleia Nacional Constituinte, êxito concretizado na própria Constituição de 1988” (PINTO, 2003, p. 72). O CNDM elaborou a "Carta das Mulheres" para fortalecer a reivindicação feminina por direitos na nova Constituição, demandando por uma definição ampliada de democracia que englobasse a democratização da vida pública e privada.

A redemocratização das instituições políticas do país, e, internacionalmente, o apelo das Nações Unidas resultante da Conferência da Mulher de Nairóbi em 1985 para que se criassem mecanismos governamentais de promoção das mulheres influenciou diretamente na criação do CNDM (PITANGUY, 2011, p. 36). Em 1986, a Assembleia do Estado de São Paulo votou pela institucionalização do Conselho Estadual da Condição Feminina, tornando-o um órgão permanente do governo do estado. Em meados de 1988, os Conselhos Estaduais da Condição Feminina haviam sido instituídos em 23 outros estados e municípios. Esses espaços femininos criados garantiram um maior progresso na supressão da desigualdade de gênero no Brasil.

A “Carta das Mulheres”, promovida pelo CNDM, foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo:

A presença e a trajetória de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer com que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro durante a redemocratização (PINTO, 2003, p. 76).



Dentre as conquistas dos direitos das mulheres na Constituição de 88, é importante ressaltar a extensão da licença maternidade para até 120 dias sem alteração de salário ou perda do emprego, a proibição de salários diferenciados com base no sexo, idade, cor ou estado civil, a exclusão da tutela do homem na sociedade conjugal e a extinção do direito do homem de impedir que sua esposa trabalhe.

Há também, ao longo da década de 1980, a ascensão do feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGs), as quais dominaram o movimento na década de 1990. As ONGs construíram novos espaços públicos de conscientização e construção de opinião, envolvendo populações até então excluídas. “Com isso, o processo de formulação e decisão das políticas públicas passava a depender da atuação de múltiplos atores e da consideração das preferências e interesses domésticos nos processos políticos decisórios” (HADDAD, 2007, p. 14).

“A multiplicação dos espaços de atuação do feminismo brasileiro sinaliza a complexificação do movimento, tanto em sua organização, como em sua ideologia” (HADDAD, 2007, p. 39). Por fim, a promoção dos direitos humanos, e, mais especificamente, dos direitos das mulheres, foi feito em grande escala por organizações internacionais que, ao longo do tempo, foram sendo influenciadas pelo movimento feminista em si, tema que será tratado no próximo capítulo. Após a redemocratização, o Brasil passou a assinar todos os acordos internacionais que garantissem, direta ou indiretamente, os direitos das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação e de violência baseadas no gênero. Portanto, como resultado da participação brasileira nas conferências internacionais, o movimento feminista brasileiro expandiu a discussão sobre os direitos das mulheres no âmbito interno, refletindo direta e positivamente na Constituição de 1988.

3.3 Perspectiva feminista sobre o processo de democratização

Aproximadamente trinta países substituíram governos políticos autoritários para governos democráticos durante as décadas de 1970 e 1980, o que denominou a chamada “terceira onda” de democratização. Com o fim da Guerra Fria, ocorre o surgimento de abordagens que propõem uma maior preocupação com a construção social da política mundial¹⁴ (MONTE, 2013). Foi nesse contexto em que o feminismo emergiu como uma estratégia analítica e teórica para a compreensão das questões de gênero, uma vez que a democratização abre espaço político para grupos não ouvidos anteriormente. Assim, o debate sobre gênero “tornou-se indispensável na discussão sobre a sociedade internacional” (ONUKEI; ALBUQUERQUE; MURTA, 2018, p. 39).

Em seu livro *Gendering World Politics*, J. Ann Tickner afirma que questões de democratização, dada sua preocupação com os efeitos do sistema internacional e das políticas estatais nas vidas dos indivíduos, têm sido centrais para as perspectivas feministas das Relações Internacionais. Segundo Enloe (2014, p. 22), o movimento sufragista, apesar de suas contradições e deficiências, tornou-se um dos movimentos mais radicalmente democratizantes do mundo.

De acordo com Tickner (2001, p. 98), particularmente para mulheres e feministas do hemisfério sul, a democratização abriu um espaço para incentivar o Estado a lidar com questões de gênero. Mas mesmo que as evidências sugiram que as transições democráticas na América Latina abriram espaço para a participação política das mulheres, a presença e a influência das mulheres nas instituições políticas democráticas formais não foi grande (TICKNER, 2001, p. 97). No entanto, as avaliações das transições democráticas na América Latina sugerem um quadro misto, mas mais positivo. A região tem uma longa história de mobilização política das mulheres e as transições democráticas da década de 1980 coincidiram com o ressurgimento dos movimentos feministas. Muitos deles haviam começado sob governos autoritários anteriores, mas em qualquer caso, grupos de direitos humanos de

¹⁴ O debate sobre direitos humanos têm sido uma preocupação central para acadêmicas e ativistas feministas de RI, contribuindo para as perspectivas jurídicas feministas que começaram a ser introduzidas no campo do direito internacional em meados da década de 1980 (TICKNER, 2001, p. 113).

mulheres, grupos feministas e organizações de mulheres de diversos tipos de classes foram todos importantes nas transições democráticas. Grupos de direitos humanos tornaram-se ativos no final da década de 1970 em países que lutavam contra abusos praticados por regimes militares, como o Brasil (TICKNER, 2001, p. 108).

No entanto, um Estado genuinamente democrático, desprovido de gênero e outras hierarquias sociais opressoras, exigiria uma definição diferente de democracia, cidadania e direitos humanos, bem como uma relação diferente com o sistema internacional (TICKNER, 2001, p. 98). Motivadas por uma agenda emancipatória, as feministas das RI têm se preocupado particularmente em redefinir e reformular o político, e para isso, elas se basearam no trabalho de teóricas políticas feministas e começaram a aplicar suas ideias ao exame da democratização, bem como ao significado da democracia além das fronteiras do Estado. Ou seja, as feministas têm se preocupado em repensar o significado da democracia e da democratização em todos os níveis, do Estado às organizações internacionais (TICKNER, 2001, p. 104).

Argumentando que as estruturas patriarcais estão profundamente enraizadas na maioria dos tipos de regimes políticos, democráticos e outros, certas feministas internacionalistas olharam além do Estado para construir instituições e redes que são mais propensas do que o Estado a diminuir a discriminação de gênero e outras hierarquias sociais, tanto no nível doméstico ou unindo forças transnacionalmente para trabalhar pelos direitos das mulheres no nível global (TICKNER, 2001, p. 110). Por exemplo, na primeira conferência das mulheres da ONU na Cidade do México em 1975, os governos concordaram com uma política pública global para acabar com a discriminação contra as mulheres. No entanto, a forma exclusivamente estatista da reunião motivou representantes de ONGs a se organizarem separadamente, um padrão que continuou e cresceu nas conferências femininas subsequentes. Dez anos depois, havia cerca de quinze mil participantes não governamentais na Conferência das Mulheres em Nairóbi. Portanto, as feministas frequentemente trabalham fora de uma

ontologia estatista e buscam explorar modelos de democracia menos centrados no Estado (TICKNER, 2001, p. 96).

Nesse contexto, normalmente, os movimentos de mulheres que lutam por uma forma mais pura de democracia estão situados no nível local ou em movimentos sociais transnacionais não-governamentais. Feministas enfatizaram a importância desses movimentos, não apenas em termos de suas tentativas de colocar as questões das mulheres na agenda internacional, mas também em termos de seu sucesso em redefinir a teoria e prática política e pensar mais profundamente sobre as relações de gênero opressoras (TICKNER, 2001, p. 97). Ou seja, a análise das transições democráticas por meio da perspectiva de gênero revela até que ponto as definições de democracia são restritas e limitadas, o que tem sido um foco central para estudiosas feministas.

Cynthia Enloe traça um vínculo feminista entre a globalização e o militarismo, explorando por que e como a globalização da militarização e a militarização da globalização acontecem (2007, p. 8). Ela fornece, a partir da perspectiva feminista, uma nova visão sobre o militarismo. A autora caracteriza a militarização como:

[...] um processo pelo qual uma pessoa ou coisa gradualmente passa a ser controlada pelos militares ou passa a depender de ideias militaristas para seu bem-estar. Quanto mais a militarização transforma um indivíduo ou uma sociedade, mais esse indivíduo ou sociedade passa a imaginar as necessidades militares e as presunções militaristas não apenas valiosas, mas também normais. A militarização, isto é, envolve transformações culturais e institucionais, ideológicas e econômicas. Por outro lado, a militarização não molda tudo o tempo todo. Se assim fosse, seria impossível distinguir (ENLOE, 2000, p. 3, tradução nossa).

Em sua análise, Enloe discute como e por que as mulheres são frequentemente usadas para sustentar e beneficiar a globalização do militarismo. Para ela, controlando as mulheres, os formuladores de políticas militares podem usá-las para melhorar a capacidade de luta dos homens, e se as mulheres não podem ser controladas de forma eficaz, a participação militar dos homens não pode ser garantida. Ou seja, a militarização das mulheres tem sido crucial para a militarização dos governos e das relações internacionais, sendo a militarização das mulheres necessária para a militarização dos homens (ENLOE, 2000, p. 3). Essencialmente, quando as mulheres resistem à militarização e começam a agir em seus próprios interesses, o controle dos militares sobre a sociedade enfraquece. Entretanto, Enloe também reconhece a dificuldade de resistir à militarização para as mulheres (ENLOE, 2000, p. 45).

A democratização e a desmilitarização têm sido comumente presumidas para servir aos interesses das mulheres. A desmilitarização afrouxa o vínculo entre os homens e o Estado; assim, deve tornar o Estado mais transparente e poroso. A democratização abre simultaneamente os espaços públicos; assim, deve permitir que mais vozes sejam ouvidas e agendas políticas sejam reinventadas. Mas essas mudanças ocorrerão apenas se os dois processos não forem concebidos de forma a privilegiar a masculinidade (ENLOE, 2007, p. 23). Portanto, levar um processo de desmilitarização além do simbolismo requer o desmantelamento das estruturas patriarcais nas esferas pública e privada, devendo o processo ser amplo e sensível às diversas expressões da militarização, das mais sutis até as mais evidentes (ENLOE, 2007, p. 135).

É toda a estrutura patriarcal de privilégio e controle que deve ser desmantelada para que as sociedades se livrem, de uma vez por todas, do militarismo. Entretanto, o fim da Guerra Fria não é suficiente para garantir uma sensação de alívio e êxito, pois enquanto as suposições patriarcais sobre masculinidade e feminilidade moldarem as crenças e identidades das pessoas e suas relações umas com as outras, a militarização, embora temporariamente estancada, permanece adormecida, capaz de surgir novamente e novamente.



É possível afirmar que a militarização compreendida nos termos citados anteriormente limita e prejudica a consolidação da democracia e do Estado Democrático de Direito, principalmente devido à interferência histórica dos militares nos regimes políticos e pelas violações de direitos humanos e a ameaça à segurança, integridade e cidadania das mulheres, subvertendo a ordem democrática. E, portanto, ao clamar por uma forma de democracia que destrua hierarquias sociais opressoras, as feministas começaram a construir modelos de democracia que repensassem o Estado e suas políticas de segurança internacional (TICKNER, 2001, p. 124). Ou seja, já que a literatura sobre democratização raramente se concentra no que acontece com as mulheres durante as transições democráticas, a perspectiva de gênero sobre questões de democratização expôs ainda mais as relações de gênero opressoras. E embora a democratização não tenha sido universalmente benéfica para as mulheres, em certas partes do mundo as transições democráticas foram anunciadas como uma abertura de espaço para incentivar o Estado a se preocupar com as questões das mulheres, como aconteceu no processo de redemocratização brasileiro. Por fim, o feminismo desempenhou, e continua desempenhando internacionalmente, um papel fundamental no processo de desmantelamento do militarismo e da discriminação de gênero, onde há um esforço entre homens e mulheres de modificarem as estruturas existentes em prol de uma democracia desmilitarizada e participativa.

4. AS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU SOBRE A MULHER

Antes de tudo, é importante enfatizar o importante papel da ONU na luta pelo *empowerment* das mulheres e na promoção dos direitos da mulher no cenário internacional. “Embora o movimento das mulheres se refira a épocas anteriores à própria fundação das Nações Unidas, é com a organização que ele ganha força e visibilidade” (HADDAD, 2010, p. 3). E foi “somente com as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, organizadas pela ONU, que começa a surgir um real interesse na

solução dos problemas relativos ao gênero feminino” (RUBIN, 2012, p. 62), sendo “poucas as causas promovidas por este organismo que conseguiram estabelecer debate e obter sustentação como a campanha de promoção e proteção dos direitos das mulheres” (HADDAD, 2010, p. 3). Portanto, em 1975, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher, “a ONU dava início a um processo que refletia uma certa consciência da gravidade da condição feminina em âmbito internacional¹⁵” (SAFFIOTI, 1995, p. 198).

O presente capítulo abordará os objetivos, decisões e conquistas das Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, realizadas na Cidade do México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Beijing (1995), assim como o posicionamento da delegação brasileira em cada uma delas.

4.1 Cidade do México (1975)

Em 8 de março de 1975, as Nações Unidas celebraram, pela primeira vez, o Dia Internacional da Mulher, e três meses depois, a Organização convocou a primeira conferência global sobre questões femininas. O encontro na Cidade do México foi o primeiro grande passo em uma tentativa mundial de alcançar a igualdade entre homens e mulheres e acabar com a separação dos sexos em questões de educação, oportunidades e prioridades econômicas. A Organização das Nações Unidas “retirou as questões de gênero, em definitivo, do âmbito particular dos Estados e as trouxe para a realidade internacional, tornando-as, com isto, preocupações globais” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 502). Delegações de 133 Estados membros participaram da Conferência, 113 delas chefiadas por mulheres, além de 114 ONGs. Dos 2.000 delegados, 73% eram mulheres. Naquele contexto, o alcance e a intensidade da Conferência na Cidade do México eram únicos. A Conferência ficou conhecida, mais tarde, como a maior sessão de conscientização da história (ONU, 1996, p. 34).

¹⁵ Essas conferências inauguraram um novo formato para as reuniões internacionais, servindo de revisão ao modelo vigente e consagrando o envolvimento da sociedade civil nas discussões internacionais.



O principal objetivo da Conferência era reunir homens e mulheres de todas as áreas geográficas e origens variadas para trocar informações e opiniões sobre a posição das mulheres na vida econômica e social. Mulheres de países em estágios muito diferentes de desenvolvimento se encontraram para compartilhar experiências e perspectivas sobre uma ampla gama de tópicos. A participação da sociedade civil foi de grande notoriedade. Cerca de 6.000 representantes de ONGs estiveram presentes no encontro paralelo denominado “*International Women’s Year Tribune*”, o que provocou o fortalecimento do relacionamento entre a ONU e a sociedade civil. Para muitas mulheres, a Conferência criou a compreensão de que seus problemas, longe de serem únicos, eram compartilhados por mulheres em todo o mundo, e que a chave para atender as necessidades das mulheres era a cooperação internacional (ONU, 1996, p. 34). Além disso, a Conferência propiciou a adoção, em 1979, pela Assembleia Geral da ONU, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), principal instrumento jurídico internacional para a defesa dos direitos das mulheres” (ALVES, 2001, p. 287).

Em 2 de julho de 1975, quando a Conferência chegou ao fim, os delegados haviam adotado uma declaração, 35 resoluções e um Plano de Ação Mundial: a Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz. A Declaração destacou o importante papel que as mulheres deveriam desempenhar, não apenas na conquista e manutenção da paz internacional, mas na paz em todas as esferas da vida: atividades políticas, emprego, educação, serviços de saúde, relações civis e jurídicas, seguridade social e família (ONU, 1996, p. 35). No entanto, refletindo as então atuais preocupações políticas internacionais e os efeitos generalizados das tensões da Guerra Fria prevalentes na época, incluía referências ao sionismo e uma série de outras questões controversas, o que levou a objeções de algumas delegações.

O Plano de Ação, o legado mais duradouro da Conferência, ofereceu um conjunto abrangente de diretrizes para o avanço da mulher até 1985. Seu objetivo geral



era triplo: promover a igualdade entre homens e mulheres; garantir a integração das mulheres no esforço total de desenvolvimento; e aumentar a contribuição das mulheres para o fortalecimento da paz mundial. Os delegados enfatizaram a inter-relação dos objetivos, ou seja, sem progresso em cada um, não poderia haver sucesso para nenhum. Entretanto, cada país deveria decidir sobre sua própria estratégia nacional e identificar suas próprias metas e prioridades (ONU, 1996, p. 35).

Para garantir que a ação nacional e internacional para promover a situação das mulheres fosse sustentada, a Conferência solicitou as Nações Unidas a proclamação do período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para a Mulher e o Desenvolvimento, para a promoção e a legitimação do movimento das mulheres, e recomendou que outra conferência mundial sobre a mulher fosse realizada em 1980 (ONU, 1996, p. 36). Naquele contexto, a conclusão da Conferência em 1975 representava o início de um processo de mudança há muito tempo almejado.

4.2 Copenhague (1980)

Além de reafirmar a importância da CEDAW, a Conferência de Copenhague realizada em 1980, teve dois outros objetivos: revisar o progresso na implementação das metas da Conferência da Cidade do México e atualizar o Plano de Ação Mundial de 1975, adotado na Conferência anterior (ONU, 1996, p. 43). Participaram da Conferência delegações de 145 países e 135 ONGs. “O fórum paralelo de organizações da sociedade civil contou com a presença de aproximadamente 8.000 pessoas, na sua grande maioria mulheres, [...] superando todas as expectativas” (FONTÃO, 2011, p. 20). Emprego, saúde e educação foram as três áreas priorizadas, já que houve a consciência de que os objetivos maiores estabelecidos na Cidade do México (igualdade, desenvolvimento e paz) não seriam atingidos sem que fossem abordados de forma mais objetiva e específica (HADDAD, 2010, p. 11). Houve consenso geral entre as 145 delegações de que, nos cinco anos desde a Cidade do México, houve realizações significativas. No

entanto, ao mesmo tempo, havia lacunas entre a lei e a prática que só poderiam ser fechadas por uma ação social sustentada, alocação de recursos e vontade política (ONU, 1996, p. 43). O Programa de Ação da Conferência e 48 resoluções incluíram apelos por medidas nacionais mais fortes particularmente no tocante à posse, propriedade, direitos de herança e de custódia sobre os filhos. Os delegados da Conferência pediram o fim das atitudes estereotipadas em relação às mulheres (ONU, 1996, p. 44).

Entretanto, as conclusões de Copenhague alertavam para a deterioração da situação da mulher no mundo, e por esse motivo, a Comissão afirmou que durante a segunda metade da Década da Mulher seriam necessários esforços especiais para melhorar a situação das mulheres mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, as mulheres rurais, as trabalhadoras migrantes e as esposas de trabalhadores migrantes (ONU, 1996, p. 45). Houve controvérsia entre as delegações durante as deliberações sobre certos aspectos políticos do Programa de Ação. Esses debates foram conduzidos em um cenário de tensões políticas, algumas delas herdadas da Conferência da Cidade do México, cinco anos antes.

“Embora tenha cumprido seu objetivo de rever a implementação do Plano de Ação estabelecido na Conferência do México em 1975, a Conferência de Copenhague não teve a mesma repercussão da conferência anterior” (HADDAD, 2010, p. 11). O Plano de Ação foi aprovado por uma votação de 94 votos a favor e 4 contra, com a abstenção de 22 delegações. A falta de consenso tornava os esforços de acompanhamento mais difíceis (ONU, 1996, p. 44).

Entre suas recomendações, a Conferência de Copenhague solicitou que a Assembleia Geral autorizasse uma terceira conferência global da mulher em 1985, que avaliaria as realizações da Década das Nações Unidas para as Mulheres e prepararia um novo conjunto de diretrizes para os 15 anos anteriores ao século 21.

4.3 Nairóbi (1985)



Relatórios preparados pelo Secretariado em 1984 revelaram que as melhorias no status das mulheres e a redução da discriminação beneficiaram apenas uma pequena minoria de mulheres (ONU, 1996, p. 46). Portanto, a oficialmente denominada “*World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*”, a Conferência Mundial em Nairóbi, foi inaugurada em 15 de julho de 1985 e destinada para a revisão e avaliação dos compromissos e das realizações da Década das Mulheres. A Conferência contava com a participação de delegações de 157 Estados Membros, 17 organizações intergovernamentais e 163 ONGs (ONU, 1996, p. 46). Mulheres de todas as partes do mundo se reuniram em Nairóbi. Havia quinze mil participantes não governamentais (TICKNER, 2001, p. 117).

O principal documento resultante da Conferência de Nairóbi, o “*Nairobi Forward Looking Strategies for the Advancement of Women*” foi adotado por consenso, ao contrário do que havia ocorrido cinco anos antes em Copenhague. O documento oferece diretrizes para medidas nacionais de promoção da participação das mulheres nos esforços de promoção da paz e da educação para a paz para os próximos 15 anos. A violência contra a mulher na família também foi incluída, pela primeira vez, como uma questão relacionada à paz. Nele, houve a identificação de áreas de atenção para mulheres e crianças, como violência, pobreza, saúde e educação. Havia três categorias básicas: etapas constitucionais e legais; igualdade na participação social; e igualdade na participação política e na tomada de decisões (ONU, 1996, p. 47).

A Assembleia Geral respondeu aos resultados da Conferência de Nairóbi em uma resolução de 13 de dezembro de 1985, a qual solicitava que os governos estabelecessem acordos de colaboração e desenvolvessem abordagens em seus programas nacionais para implementar as Estratégias de Nairóbi. Solicitou também ao Secretário-Geral e a todos os demais integrantes do sistema das Nações Unidas que estabelecessem, onde ainda não existiam, pontos focais sobre as questões da mulher em



todos os setores de trabalho das organizações do sistema das Nações Unidas (ONU, 1996, p. 47).

4.4 Beijing (1995)

Cinco anos após a Conferência em Nairóbi, uma revisão do progresso alcançado, feita pelo Secretário-Geral da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), indicou um quadro desanimador do progresso geral do desenvolvimento em todo o mundo, e especialmente os efeitos que isso teve nas mulheres em países em desenvolvimento. A décima sétima celebração anual do Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas, em 8 de março de 1992, foi uma ocasião para refletir sobre o progresso que havia sido feito na eliminação da discriminação contra as mulheres. Foi um momento para reconhecer que, embora o mundo tenha avançado no sentido de garantir um maior respeito pelos direitos humanos e maiores liberdades, a taxa de progresso na promoção das mulheres tinha diminuído e a lacuna entre a igualdade perante a lei e a igualdade na prática ainda era aparente (ONU, 1996, p. 52).

Em janeiro de 1995, com os preparativos para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher bem encaminhados, foi publicado o segundo relatório de cinco anos sobre o progresso na implementação das Estratégias de Nairóbi, um importante item da agenda da Conferência em Beijing. O relatório documentou uma grande mudança na percepção do papel das mulheres no desenvolvimento e revelou que profundas mudanças econômicas, sociais e políticas na década seguinte à Conferência de Nairóbi de 1985, todas refletindo a crescente interdependência da economia mundial após a Guerra Fria, alterando o processo de desenvolvimento e criando novas oportunidades e outros obstáculos para as mulheres (ONU, 1996, p. 49-50).

O relatório também afirmava que a democratização nas economias em desenvolvimento e em transição havia aberto novos caminhos de oportunidade para as mulheres, liberando-as para participar igualmente com os homens na vida social,



econômica e política de suas sociedades. A partir daí, muitos acadêmicos e profissionais reconheceram a necessidade de considerar o gênero como uma variável importante nas políticas econômicas. No entanto, o relatório também declarava que ainda havia muito a ser feito antes que o mundo pudesse afirmar que os objetivos das Estratégias de Nairóbi foram alcançados.

A Conferência em Beijing foi precedida por um processo preparatório talvez mais participativo e inclusivo do que qualquer outro na história. Entre junho e novembro de 1994, cinco reuniões preparatórias regionais foram realizadas sob os auspícios das comissões regionais das Nações Unidas. Cada reunião regional coincidiu ou foi precedida por reuniões preparatórias de ONGs e consultas com delegações de jovens. Além disso, Comitês Nacionais, criados por Governos e ONGs, revisaram a situação da mulher em seus respectivos países, analisaram o rascunho da Plataforma e encaminharam suas próprias recomendações à Comissão sobre a Situação da Mulher, órgão preparatório da Conferência de Beijing. Relatórios foram enviados por 170 países (ONU, 1996, p. 64).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, de 4 a 15 de setembro de 1995, mudou a agenda global para o avanço das mulheres no século XXI e adiante. Com mais de 50.000 participantes, sendo mais de 2/3 mulheres, 5.000 delegados(as) e mais de 4.000 ONGs, a Conferência se tornava o maior fórum de discussões já organizado pela ONU, sobre qualquer tema e em qualquer país. A Conferência “expandiu decisivamente o escopo dos encontros internacionais, definindo claramente os direitos da mulher como direitos humanos, fundamentais em seus aspectos genéricos e em sua especificidade” (ALVES, 2001, p. 251).

A Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação, adotadas por unanimidade por 189 países, consolidaram cinco décadas de avanços jurídicos voltados para a garantia da igualdade de mulheres. Os dois documentos foram baseados nos acordos políticos alcançados nas três conferências globais anteriores sobre as mulheres para estabelecer 12 áreas prioritárias para ação da comunidade internacional nos próximos cinco anos:



o fardo da pobreza sobre as mulheres; o acesso desigual à educação e treinamento; o acesso desigual aos cuidados de saúde e serviços relacionados; a violência contra a mulher; os efeitos de conflitos armados ou outros tipos de conflito nas mulheres; a desigualdade nas estruturas econômicas e políticas, em todas as formas de atividades produtivas e no acesso aos recursos; a desigualdade na partilha de poder e na tomada de decisões; os mecanismos insuficientes para promover a promoção da mulher; a proteção e promoção inadequadas de direitos humanos das mulheres; os estereótipos das mulheres e desigualdade no acesso e participação das mulheres em todos os sistemas de comunicação, especialmente na mídia; as desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente; e discriminação persistente contra meninas e violações de seus direitos (ONU, tradução nossa, 1996, p. 64-65).

A Plataforma de Ação, o principal documento da Conferência composto por 123 páginas e 361 parágrafos, “constitui o mais completo diagnóstico internacional sobre a matéria e o mais pormenorizado guia para as ações a serem tomadas [...] para a superação das discriminações de gênero” (ALVES, 2001, p. 261-62).

A Plataforma de Ação foi inovadora em três principais dimensões: 1) a elaboração de um conceito de gênero, segundo o qual as relações entre homens e mulheres são vistas como resultado de padrões sociais e culturais, o que permite sua modificação; 2) a noção de empoderamento da mulher, que ressalta a importância da postura feminina ativa sobre seu desenvolvimento, com a participação do governo e da sociedade na criação das condições para que isso ocorra; e, 3) a ideia de transversalidade, que garante que a perspectiva de gênero seja incorporada em todos os temas abrangidos pelas políticas públicas (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 503).

Naquele contexto, um movimento mundial em direção à democratização abriu o processo político em muitas nações, dando às mulheres uma voz maior (ONU, 1996, p. 65). Ao mesmo tempo, em nenhum país do mundo mulheres e homens gozavam de completa igualdade de direitos e oportunidades. A Plataforma de Ação propôs um novo curso de ação que, se implementado, reverteria essa tendência e faria diferença no status das mulheres.



Já a Declaração de Beijing, composta por 4 páginas e 38 artigos, “é o documento político pelo qual os governos se comprometem a implementar a Plataforma de Ação” (ALVES, 2001, p. 262). Os governos, então, concordaram em fornecer às mulheres serviços de saúde acessíveis e baratos, incluindo informações e serviços de planejamento sexual e familiar; em adotar e implementar legislação para acabar com a violência contra as mulheres e trabalhar ativamente para ratificar e implementar todos os acordos internacionais relacionados à violência contra as mulheres (ONU, 1996, p. 66). Portanto, a Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher são documentos fundamentais para orientar o avanço das mulheres no século XXI, consolidando não apenas as conquistas anteriormente alcançadas, mas um plano de ação para o futuro.

4.5 O posicionamento brasileiro

A partir da década de 1990, teria se constituído um cenário de criação de regras e de instituições que abria uma nova brecha para a ação dos países em desenvolvimento, especialmente do Brasil. Seria um ambiente de renovação de credenciais do país, levando a uma “participação positiva” no sistema internacional (FONSECA JR., 1998, p. 361-363; p. 367-368). A transição democrática no Brasil significava exatamente essa desmilitarização por meio da participação nos regimes internacionais, entre os quais o de direitos humanos, que incluem os direitos das mulheres.

A posição que o Brasil adotou desde o processo preparatório da I Conferência Mundial sobre a Mulher no México até a III Conferência em Nairóbi é caracterizada pelo confronto “norte-sul” e pelo enfoque “desenvolvimentista”, que partia da premissa de que o acesso ao desenvolvimento garantiria a melhoria na situação de vida das mulheres. No entanto, essa posição “baseada nos interesses conjunturais dos países em desenvolvimento tirou o enfoque, em muitos momentos, das questões específicas das mulheres” (FONTÃO, 2011, p. 13).



A I Conferência Mundial sobre a Mulher no México representou para as mulheres brasileiras, depois de muito tempo, um instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas. A iniciativa da ONU propiciou um espaço de discussão numa conjuntura política marcada pela repressão das liberdades democráticas. Assim, 1975 foi um ano em que as mulheres brasileiras, pela primeira vez, puderam falar de seus problemas específicos e dar os primeiros passos para a ampliação do debate de gênero para outros setores sociais (MORAES, 1985, p. 1). Nesse contexto, a I Conferência sobre a Mulher no México foi fundamental para a compreensão dos avanços do movimento de mulheres brasileiras na década de 1980.

Em 1980, realizou-se, em Copenhague, a II Conferência Mundial sobre a Mulher destinada a avaliar o avanço em termos de resultados das políticas públicas, supostamente implantadas por vários países. As conclusões foram desanimadoras, já que a situação da mulher havia se deteriorado apreciavelmente. Integrava a delegação oficial, mais como uma homenagem do que propriamente uma atribuição de função, Bertha Lutz que já era muito idosa para o desempenho desta tarefa (SAFFIOTI, 1995, p. 198). No entanto, a participação de Bertha Lutz e de outras mulheres foi imprescindível para que a delegação brasileira representasse os verdadeiros interesses das mulheres brasileiras.

A assinatura formal da CEDAW ocorreu durante a Conferência, porém o Brasil assinou o documento apenas no ano seguinte, vindo a ratificá-lo em 1984, embora com reservas na parte referente ao direito de família. “Em 1994, essas reservas foram retiradas e o Brasil ratificou a convenção em sua totalidade” (HADDAD, 2010, p. 11), em conformidade com as mudanças legais introduzidas pela Constituição de 1988. A partir da II Conferência sobre a Mulher, a luta contra a violência doméstica contra a mulher ganha um importante espaço e se torna uma das principais bandeiras do movimento feminista brasileiro na década de 80.

De modo geral, a participação da delegação brasileira nas duas primeiras conferências mundiais sobre a mulher foi de pouco destaque, devido, principalmente, à

baixa participação da sociedade civil na formulação de política externa, e por seu caráter desenvolvimentista ainda muito presente durante a década de 1970. Uma das principais características da política externa brasileira durante o regime militar era a chamada “autonomia pela distância”, o que significava o distanciamento brasileiro de órgãos multilaterais, como a ONU.

Historicamente, as delegações oficiais brasileiras sempre foram chefiadas por homens. Em 1985, aconteceu a III Conferência Mundial sobre a Mulher em Nairóbi, e desempenhava este papel no Quênia o embaixador brasileiro naquele país. Contudo, a delegação contava com a embaixadora Thereza Quintella, “que manteve uma interlocução muito rápida, mas aberta com as feministas lá presentes” (SAFFIOTI, 1995, p. 199). Portanto, a delegação brasileira manteve um diálogo mais aberto com os movimentos feministas presentes naquela ocasião.

A Conferência de Nairóbi coincide com um importante momento da vida política do Brasil. No ano de 1985, com a instalação do primeiro governo civil após duas décadas de regime militar autoritário, o país dava seus primeiros passos em direção à redemocratização. Era o início de uma política externa que buscava a aproximação com grupos sociais e uma maior participação e posicionamento em questões sociais. No entanto, cinco anos após a Conferência de Nairóbi, relatórios preparados pela CSW constataram que, apesar dos esforços da ONU, poucos haviam sido os avanços alcançados na Década das Mulheres, pois naquele contexto de desenvolvimento, eram poucos os tomadores de decisão que cogitavam a influência de pautas relacionadas à igualdade de gênero nos processos políticos.

Na década de 90, o Estado brasileiro desenvolveu um maior diálogo com a sociedade civil, que havia sido iniciado com o processo de redemocratização, em 1984. “O Brasil passou a participar ativamente dos comitês preparatórios e começou a ampliar, de forma ascendente, a interlocução com as organizações da sociedade civil” (FONTÃO, 2011, p. 38). De acordo com Saffioti (1995, p. 200), “se nas três conferências anteriores o governo brasileiro sequer elaborou documentos que



merecessem um lugar nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, a situação dos anos 1990 era bastante diversa”.

O processo oficial de preparação do Brasil tem início no fim de 1993, com a criação, por decreto do Presidente da República, do Comitê Brasileiro para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o Comitê Nacional¹⁶. “O objetivo maior do Comitê Nacional era a elaboração de um relatório sobre a situação da mulher no Brasil [...] que seria apresentado pelo governo brasileiro à ONU como parte da preparação do país para a Conferência de Beijing” (HADDAD, 2007, p. 101).

Solicitado pela ONU a ouvir a sociedade civil através, sobretudo da voz das ONGs e de feministas independentes, o governo brasileiro procedeu de forma mais aberta em 1994 que nas três ocasiões anteriores. Para a coleta de dados e informações para a elaboração do Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira foram realizados cinco seminários, entre abril e agosto de 1994, em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília (SAFFIOTI, 1995, p. 200). Mais dois seminários forneceram subsídios para a elaboração do relatório, embora não tenham sido organizados diretamente pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Um deles foi realizado em Belém e o outro no Rio de Janeiro. “Ambos foram organizados pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher” (SAFFIOTI, 1995, p. 200-201).

No mesmo ano, o Brasil contou com o apoio financeiro para a preparação para a IV Conferência sobre a Mulher de algumas agências especializadas da ONU, como a CEPAL, UNIFEM, UNESCO, UNFPA, UNICEF, OPAS e PNUD (FONTÃO, 2011, p. 48-49). Foi formado o grupo Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing (AMBB), e lançado o slogan “Beijing é aqui!” (COSTA, 1997, p. 80 *apud* FONTÃO, 2011, p. 49). “Foi neste clima que ocorreu a preparação do relatório que o Brasil iria apresentar na IV Conferência” (SAFFIOTI, 1995, p. 200). O empenho brasileiro em

¹⁶ O Comitê era constituído por representantes de diversos Ministérios e outros órgãos governamentais, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, além do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais da Condição e dos Direitos da Mulher.

conduzir o processo preparatório a nível nacional e regional foi surpreendente. Além dos avanços a nível internacional, a Conferência oferecia uma oportunidade de amadurecimento do movimento e fortalecimento das articulações e redes de mulher a nível local, regional e global.

Em 1995, foi criada a Articulação da Mulher Brasileira¹⁷ (AMB) “para preparar a ida das mulheres brasileiras à Conferência Mundial de Beijing, e manteve-se posteriormente para fiscalizar a aplicação das recomendações da Conferência” (PINTO, 2003, p. 101). Ou seja, todo o processo preparatório e a própria participação do Brasil na Conferência de Beijing deram-se em estreito diálogo entre o governo e a sociedade civil¹⁸, havendo uma extraordinária mobilização das mulheres brasileiras para o evento:

Além de atuarem incisivamente no processo preparatório oficial, as brasileiras promoveram vários eventos paralelos não governamentais, estabeleceram as bases das posições do governo, compareceram em número expressivo ao fórum de Huairou e asseguraram ao Brasil uma das presenças mais numerosas e ativas no Centro de Convenções de Beijing. Puderam, assim, nas reuniões diárias mantidas pela delegação à Conferência oficial, opinar, legítima e substantivamente, sobre o processo negociador do Programa de Ação e da Declaração adotados (ALVES, 2001, p. 280).

A delegação do Brasil, que contou com mais de 80 integrantes governamentais e não governamentais, foi chefiada pela Dra. Ruth Cardoso, presidente do Programa Comunidade Solidária, tendo como subchefes a embaixadora Thereza Quintella e a Dra.

¹⁷ A AMB tinha três objetivos pré-definidos: integrar o maior número possível de grupos de mulheres e ONGs aos debates da IV Conferência Mundial das Mulheres; fazer com que os debates gerados pela Conferência servissem ao fortalecimento dos grupos de mulheres e ao desenvolvimento de ações que levassem em conta as relações de gênero; e produzir um balanço sobre a situação das mulheres no Brasil na última década, sob a ótica das organizações de mulheres, obtendo, com isso, subsídios para a elaboração de propostas (Articulação de Mulheres Brasileiras, 1995, p. 1).

¹⁸ De acordo com Haddad (2007, p. 125), a abertura de organizações não-estatais e feministas nacionais possibilitou assessoria especializada à delegação oficial, levando o governo a confirmar em sua agenda política internacional questões amplamente abordadas pelos movimentos de mulheres desde o processo de preparação para Beijing.



Rosiska Darcy de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em seu discurso no Plenário, assinalava a Dra. Ruth Cardoso:

Nesta agenda, as mulheres hão de ser não somente beneficiárias mas, sobretudo, promotoras do desenvolvimento sustentado e com equidade. Seremos agentes de um novo modelo de civilização que não abrigue a pobreza como fatalidade mas, ao contrário, assuma o desenvolvimento como compromisso global. Teremos como horizonte uma democracia que, reconhecendo a existência de diferenças entre os sexos, seja capaz de garantir-lhes a igualdade de direitos. Assim entendida, a luta das mulheres pela igualdade não é uma luta apenas em seu próprio benefício. É uma luta em benefício de todos e se confunde, por isso mesmo, com o fortalecimento da própria democracia (FUNDAÇÃO FHC, 2017).

A preocupação com o respeito às decisões das conferências anteriores foi uma constante para a delegação do Brasil, mas não foi a única fonte de inspiração nas negociações. Também foram importantes pautas para a delegação brasileira “a necessidade de progresso através da cooperação, do entendimento e da tolerância, assim como a universalidade dos direitos humanos, em suas diversas categorias [...] e, naturalmente, com ainda maior atenção os direitos humanos específicos das mulheres” (ALVES, 2001, p. 283).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing além de ter mobilizado grande número de mulheres a discutir temas de significativa relevância, contou com a participação de 300 representantes da delegação brasileira, com um número expressivo de membros não governamentais. Foram introduzidos novos conceitos referentes às questões de gênero, com vistas à autonomia e equidade da mulher no planeta, assim como Ruth Cardoso destacou no fim de seu discurso:

A Delegação brasileira considera que o projeto de Plataforma de Ação que temos diante de nós constitui um passo à frente para alcançar os objetivos a que se propõe essa Conferência. As dificuldades que ainda persistem poderão ser superadas com um esforço de flexibilidade e tolerância, em nome do objetivo comum que nos une (FUNDAÇÃO FHC, 2017).



A participação ativa da delegação brasileira na IV Conferência Mundial sobre a Mulher refletia a política externa adotada pelo país no início da década de 90, em busca de uma maior participação e posicionamento em regimes internacionais, e da articulação entre a sociedade civil e o Estado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importantes resoluções relacionadas à igualdade de gênero nasceram das quatro Conferências Mundiais Sobre a Mulher promovidas pela ONU, nas quais os governos se comprometeram a promover a igualdade de gênero na formulação de políticas públicas nacionais. As Conferências discutiram assuntos, antes tratados apenas em âmbito nacional, em conferências internacionais, expondo assim, para todo o mundo, os problemas vividos diariamente pelas mulheres. As conferências promoveram um crescimento do movimento feminista mundial, criaram importantes ferramentas contra a desigualdade de gênero em todo o mundo e plataformas de ação que contribuíram para a criação de leis nacionais e internacionais de proteção à mulher, e de órgãos como o CEDAW e a ONU Mulheres.

A participação da delegação brasileira e seu empenho junto às Nações Unidas forneceram os recursos necessários para a criação de uma agenda nacional baseada na proteção da mulher, mesmo que as mulheres brasileiras enfrentassem, ao mesmo tempo, situações de pobreza, exclusão social ou crises financeiras. A implementação brasileira do Plano de Ação da Conferência na Cidade do México motivou a promulgação da Lei do Divórcio, em 1978, que garantiu liberdade para as mulheres discutirem sobre violência doméstica e relações matrimoniais abusivas. A Lei da Anistia promulgada em 1979 também motivou a discussão de novos temas, permitindo a volta de várias mulheres exiladas ao Brasil. Após a Conferência em Copenhague, foram criados os



primeiros Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher em São Paulo e Minas Gerais.

A condução da política externa brasileira, mesmo durante o regime militar, relativizou a tradicional autonomia do Executivo e fomentou a formulação de uma diplomacia baseada na relevância do indivíduo como ser político. Com a promoção de uma diplomacia pública, o país passou a considerar as demandas de ONGs, movimentos sociais e da sociedade civil para que o governo pudesse interagir com estes grupos de interesse. E como consequência, a representação oficial brasileira nas Conferências Mundiais Sobre a Mulher foi se tornando, gradativamente, mais aberta às demandas do movimento feminista e da sociedade civil.

A recomendação trazida em Nairóbi de que fossem construídos mecanismos para a promoção de ações especificamente voltadas à mulher, impulsionou a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da primeira Delegacia da Mulher em São Paulo, que serviu e serve, ainda hoje, de modelo para outros países. Foram promovidos, também, *slogans* como "Quem ama não mata!" que retratava o protesto do movimento feminista à absolvição de assassinos de mulheres. E o mais relevante, a Constituição brasileira de 1988 reconheceu novos direitos das mulheres, como a proibição de discriminação de qualquer natureza entre os sexos, a proteção às mães solteiras, a licença maternidade de quatro meses, a garantia de informações e de meios para a decisão livre sobre o planejamento familiar, entre vários outros.

O reestabelecimento por completo da democracia no Brasil, em conjunto com a emergência de uma nova ordem mundial que priorizava questões de direitos humanos, resultaram em um forte relacionamento entre o movimento feminista e o governo para a preparação do posicionamento brasileiro durante a Conferência em Beijing, em 1995. Esse relacionamento entre o governo e o movimento feminista evidenciava a importância da democracia no processo de formulação de política externa. Como resultado, o Brasil teve uma participação de destaque durante a IV Conferência Mundial



em Beijing. A forte articulação com o movimento de mulheres, estabelecida desde então, tornou-se elemento essencial à formulação de política externa e pública no Brasil, que hoje incorporam a perspectiva de gênero de forma abrangente.

Após a Conferência em Beijing, é importante citar a elaboração do documento Estratégias da Igualdade em 1997, e o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004 e 2007 respectivamente, que maximizaram o reconhecimento e defesa dos direitos das mulheres. E não poderia deixar de mencionar a implementação da Lei 11.340/06, conhecida como Maria da Penha, que dispõe sobre a violência doméstica e familiar. Ainda como resultado da promoção de resoluções relacionadas às mulheres, segundo o IPU, a porcentagem de mulheres com representatividade política na região das “Américas”, aumentou de 12,7%, em 1997, para 24,3%, em 2013, o que corresponde a praticamente o dobro de mulheres com participação na política do continente americano, ou aumento de 191,34%. No caso específico do Brasil, grande parte da melhora na representatividade política feminina se deu pelo uso de cotas e o sistema eleitoral, e as cotas foram instituídas para atender à Plataforma de Ação Mundial de Beijing em 1995.

Infelizmente, é preciso ressaltar que a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher, e principalmente, a eliminação da violência contra a mulher, ainda é uma realidade muito distante. No entanto, graças às conferências, os esforços do governo brasileiro após estas e a luta do movimento de mulheres, importantes conquistas foram alcançadas na sociedade brasileira, embora o caminho a percorrer ainda seja longo.

Em conclusão, é evidente a relevância do desenvolvimento gradual da política externa brasileira, ao adotar uma posição mais aberta e ativa em relação aos instrumentos internacionais de proteção às mulheres e a implementação desses no âmbito doméstico durante o processo de democratização do país. Portanto, é inegável a influência positiva da redemocratização do governo brasileiro na abertura do processo de formulação de política externa pautada na proteção às mulheres, a partir da análise da



mudança gradativa da atuação brasileira durante as Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher realizada no presente trabalho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais – A Década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, maio/ago 2015.

BELÉM LOPES, Dawisson. **Política Externa e Democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BELLI, Benoni. **A Politização dos Direitos Humanos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA DA SILVA, Danielle. **Política Externa Brasileira de Direitos Humanos: analisando a trajetória dos direitos humanos após a redemocratização por meio da análise de conteúdo de discurso**. Anais do IX Encontro da ABCP. Brasília, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Globalization and Militarism: Feminist Make the Link**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, INC., 187 p., 2007.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. 1st ed., University of California Press, 2000.

FHC, Fundação. **Discurso de Ruth Cardoso Na 4a Conferência Mundial Sobre as Mulheres**. Medium, 2017, Disponível em:
<https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/discurso-de-ruth-cardoso-na-4%C2%AA-confer%C3%A2ncia-mundial-sobre-a-mulher-a3b557308a28> Acesso em: 10 set 2021

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais. Poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Disponível em:
<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Gelson%20Fonseca%20Legitimidade%20e%20outras%20quest%C3%B5es%20internacionais.pdf>. Acesso em: 5 mai 2021.



FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As Conferências da ONU e o Movimento de Mulheres: construção de uma agenda internacional**. 60 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2011.

HADDAD, Tathiana. **Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. n. 8, jan/jun, 2010. p. 1-28.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

HURRELL, Andrew. **The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system (1964 – 1985)**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1086-THE_QUEST_FOR_AUTONOMY.pdf. Acesso em: 6 mai. 2021.

JAGUARIBE, Hélio. “Introdução Geral”. In. GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto; SEITENFUS, Ricardo; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (Coord.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira**. Editora Lumen Juris, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Instituições Democráticas e Política Exterior**. In. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: vol.22, número 2, julho/dezembro, pp. 265-303, 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. **A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira**. Dados. Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 3, 1982, p. 349-363.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2013, vol.21, n.1, 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim de (org). **Mulheres em movimento: O balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política**. São Paulo, Nobel: Conselho Estadual da Condição Humana; 71 p. 1985.

MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74**. In: Estudos CEBRAP, nº 12, abril-junho, 1975, pp. 55-98.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Campus, 2005.



ONUJI, J., ALBUQUERQUE, A.B.G., and MURTA, A. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em relações internacionais. In: VITALE, D., and NAGAMINEM R., eds. **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção**. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 38-55. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6tdtg/pdf/vitale-9788523218638.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The United Nations and The Advancement of Women – 1945-1996**. The United Nations Blue Books Series, vol. VI, New York: United Nations Publication, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINHEIRO, Letícia. **Novos Condicionantes da Política Externa: reformulando perguntas e buscando respostas para o caso brasileiro**. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS, 21-25 de outubro de 1997, Caxambu – M.G. Seminário Temático: Dilemas e Perspectivas da Política Internacional Contemporânea. Versão preliminar.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. In: **O progresso das mulheres no Brasil, 2003-2010**. Rio de Janeiro/Brasília: Cepia/ONU Mulheres, 2011. p. 20-57. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 4 mai. 2021.

RUBIN, Beatriz. **O papel das conferências mundiais sobre as mulheres frente ao paradigma do empoderamento feminino**. Santos: UNISANTOS, v. 38 n. 104-6, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/462>. Acesso em: 11 set 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Enfim, sós: Brasil rumo a Pequim**. Estudos Feministas; Florianópolis Vol. 3, Ed. 1, 1995, (pp. 198-202).

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Rev. Estud. Fem., [s.l.], v. 12, n. 2, p.35-50, ago. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Erico. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Companhia das Letras, 1º ed., 2000.



SORGINE, Guilherme. **O Brasil na promoção da democracia: redemocratização e política externa no pós-1985**. Mural Internacional, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 219–233, 2016. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true & db=foh & AN=126843093 & lang=pt-br & site=ehost-live>. Acesso em: 22 set. 2020.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. “O Pragmatismo Responsável”. In. GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto; SEITENFUS, Ricardo; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (Coord.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira**. Editora Lumen Juris, DE CASTRO, Sergio Henrique (Coord.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira**. Editora Lumen Juris, 2006.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2^a ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.

TICKNER, J. A. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. Columbia University Press, 2001.